



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL
PRATICADA NO MUNICÍPIO DE AGUDO-RS PARA
AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA E
CULTURAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Sirlei Lopes Vidal

Sobradinho, RS, Brasil

2014

**ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL PRATICADA NO
MUNICÍPIO DE AGUDO-RS PARA AFIRMAÇÃO DA
DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL**

por

Sirlei Lopes Vidal

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação à Distância Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Menezes Pereira

Sobradinho, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL PRATICADA NO MUNICÍPIO
DE AGUDO-RS PARA AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA E
CULTURAL**

elaborada por
Sirlei Lopes Vidal

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sueli Menezes Pereira, Dra.
(Presidente/Orientador)

Claudia Letícia de Castro do Amaral, Me. (UFSM)

Hugo Antonio Fontana, Dr. (UFSM)

Glades Tereza Felix, Dra. (UFSM) Suplente

Sobradinho, 28 de novembro de 2014.

Às mãos calejadas de meus pais.

Día del Descubrimiento

En 1492, los nativos descubrieron que eran indios,
descubrieron que vivían en América,
descubrieron que estaban desnudos,
descubrieron que existía el pecado,
descubrieron que debían obediencia a un rey y a una
reina de otro mundo y a un dios de otro cielo,
y que ese dios había inventado la culpa y el vestido
y había mandado que fuera quemado vivo quien
adorara al sol y a la luna y a la tierra y a la lluvia que
la moja.

(Eduardo Galeano)

Agradecimentos

À Universidade Federal de Santa Maria pela qualidade do ensino público e gratuito; e

À professora Sueli Menezes Pereira pela atenção, paciência e orientação.

À Carla Rita Franceschett Paim, tutora presencial, pela atenção.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL PRATICADA NO MUNICÍPIO DE AGUDO-RS PARA AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL

AUTORA: SIRLEI LOPES VIDAL

ORIENTADORA: SUELI MENEZES PEREIRA

Data e Local da Defesa: Sobradinho, 28 de novembro de 2014.

A presente pesquisa se motivou pelo interesse em analisar a gestão educacional praticada no município de Agudo - RS, onde há um contexto de imigração e de relativa hegemonia cultural da etnia alemã. O objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar as ações de gestão educacional praticadas no município de Agudo frente à diversidade étnico-cultural, a partir do ano de 2009. A relevância desse estudo está em verificar como a gestão educacional pode, por meio de um instrumento normativo, atuar, em um contexto de hegemonia étnica germânica, na ressignificação e valorização cultural das contribuições africanas e indígenas na constituição da diversidade cultural brasileira. O estudo se desenvolveu utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental e a análise dos dados se orientou por meio de uma abordagem histórica e etnográfica. Observou-se que as ações para a eficácia da lei do ensino afro-indígena e para a promoção da diversidade étnico-cultural ainda são incipientes em Agudo. A questão racial se insere na complexidade da diversidade cultural. A educação é essencial e deve ser tomada desde uma perspectiva multicultural para romper com as estruturas que se perpetuam e para desmistificar crenças e práticas naturalizadas de inferiorização. As políticas educacionais devem encontrar apoio nas diferentes esferas de gestão educacional para sua eficácia, pois não sendo assim a possibilidade de insucesso é alta considerando a continentalidade de nosso país.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Educação Multicultural. Afirmação da Diversidade.

RESUMEN

Monografía de Especialización
Curso de Especialización en Gestión Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISIS DE LA GESTIÓN EDUCACIONAL PRACTICADA EN EL MUNICIPIO DE AGUDO-RS PARA LA AFIRMACIÓN DE LA DIVERSIDAD ÉTNICA Y CULTURAL

AUTORA: SIRLEI LOPES VIDAL

ORIENTADORA: SUELI MENEZES PEREIRA

Fecha y Local de la Defensa: Sobradinho, 28 de noviembre de 2014.

La presente investigación se inició en razón del interés en analizar la gestión educacional practicada en el municipio de Agudo - RS, en donde hay un contexto de inmigración y de relativa hegemonía cultural de la etnia alemana. El objetivo general de este trabajo es identificar y analizar las acciones de gestión educacional practicadas considerando la diversidad étnico-cultural, a partir del año de 2009. La relevancia de ese estudio está en verificar como la gestión educacional puede, por medio de una normativa, actuar, en un contexto de hegemonía étnica germánica, en la resignificación y valoración cultural de las contribuciones africanas e indígenas en la constitución de la diversidad cultural brasileña. El estudio se desarrolló utilizándose de la investigación bibliográfica y documental y el análisis de los datos se realizó por medio de un abordaje histórico y etnográfico. Se observó que todavía son incipientes las acciones para la aplicación de la ley para la enseñanza de la historia y cultura afro-indígena y para la promoción de la diversidad étnico-cultural. El tema racial integra la complejidad de la diversidad cultural. La educación es fundamental y debe ser tomada desde una perspectiva multicultural para romper con las estructuras que se perpetúan y para desmitificar creencias y prácticas naturalizadas de inferiorización. Las políticas educacionales deben encontrar apoyo en las diferentes esferas de gestión educacional para su eficacia, pues si no es así la posibilidad de éxito es baja, considerando el tamaño continental de Brasil.

Palabras claves: Gestión Educacional. Educación Multicultural. Afirmación de la Diversidad.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Pedido de colaboração à SED	50
Anexo B – Resposta da SED ao pedido de colaboração	51
Anexo C – Planos de Estudo de Educação Artística – SED Agudo	52
Anexo D – Planos de Estudo de História – SED Agudo	56
Anexo E – Lista de classificados para o curso UNIAFRO	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Metodologia	13
CAPÍTULO I LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA	16
CAPÍTULO II CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE OBJETO DE ANÁLISE	21
2.1 Formação e ocupação do território brasileiro: Colonialismo e colonização	21
2.2 Colonização e imigração	24
2.3 Colonização alemã no Sul do Brasil	29
2.4 Repressão cultural e linguística	30
2.5 Constituição do município de Agudo	32
CAPÍTULO III ANÁLISE DAS AÇÕES PRATICADAS NO MUNICÍPIO DE AGUDO	37
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se motivou pelo interesse em analisar a gestão educacional praticada no município de Agudo - RS, onde há um contexto de imigração e de relativa hegemonia cultural da etnia alemã. Neste trabalho o termo etnia é entendido como “grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território” (LEVI, 2010, p. 449). Sabe-se que a simples substituição de um termo por outro não resolve e nem altera as relações de poder e de opressão existentes, mas, ainda assim, optou-se por evitar o uso do termo raça por carecer de fundamento científico e, principalmente, porque seu uso ao longo da história serviu para “justificar a discriminação e alimentar o ódio racial, bem como o de criar e manter a hostilidade entre os grupos humanos” (LEVI, 2010, p. 449).

Conforme Vieira (2007), a gestão educacional e a gestão escolar possuem diferentes campos de atuação, cabendo à primeira a esfera macro – os sistemas educacionais, e à segunda a esfera micro – o ambiente escolar. A gestão educacional é componente integrante da gestão governamental em suas diferentes esferas e pode ser compreendida como o processo de articulação nas diferentes instâncias educacionais por meio de normatizações, que expressam objetivos e intencionalidades do Poder Público, conforme o contexto sócio-político-econômico. As políticas educacionais, integrante das políticas sociais e relacionada à gestão educacional, devem considerar o contexto e as peculiaridades locais com vistas à emancipação dos cidadãos.

A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. Sem essa orientação, todos os esforços são despendidos sem muito sucesso (LUCK, 2006, p. 25)

O objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar as ações de gestão educacional praticadas no município de Agudo frente à diversidade étnico-cultural, a partir do ano de 2009. Considerando as relações entre grupos étnicos, tem-se como objetivos específicos: analisar a legislação e políticas educacionais voltadas à promoção da diversidade étnica; identificar o contexto do ambiente objeto de análise; analisar as ações de gestão educacional visando à promoção da diversidade étnico-cultural em um contexto de relativa hegemonia da etnia alemã. Observa-se que, “um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um

setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas” (CASHMORE, 2000, p. 196).

Nesse contexto, busca-se verificar o cumprimento da Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

A relevância desse estudo está em verificar como a gestão educacional pode, por meio de um instrumento normativo, atuar, em um contexto de hegemonia étnica germânica, na ressignificação e valorização cultural das contribuições africanas e indígenas na constituição da diversidade cultural brasileira. A educação é um importante instrumento de consolidação da democracia, da emancipação humana e da diminuição das desigualdades. Assim, os gestores e professores, dependendo de sua atuação, podem exercer importante papel no processo de luta contra o preconceito e a discriminação racial¹.

No Brasil, a temática racial recuperou recentemente espaço de discussão, especialmente, na mídia e nas redes sociais, em virtude dos casos envolvendo futebolistas famosos e manifestações racistas em estádios. Entretanto, o racismo não se resume apenas a atos explícitos, como às injúrias raciais proferidas no ambiente futebolístico. Normalmente sua existência é velada e se manifesta por meio de mecanismos perversos de exclusão social e de apagamento cultural.

Munanga (2009) caracteriza o racismo praticado no Brasil como sutil, ou seja, velado. Diferentemente daquele praticado na África do Sul (durante o regime do *apartheid*) e do praticado nos Estados Unidos (principalmente na região sul) porém, isso não quer dizer que não faça vítimas.

O termo “racismo” é recente, surgiu no entre guerras, porém as ideias e a prática são antigas. O racismo é um fenômeno que se constitui “em caracterizar um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo dependente desse conjunto e, a partir disso, pôr eventualmente em execução práticas de inferiorização e de exclusão” (WIEVIORKA, 2007, p. 9).

¹ A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito (GOMES, 2005, p. 55).

Outro aspecto relevante desse estudo é a carência de pesquisas sobre gestão educacional em Agudo, principalmente em relação à promoção e afirmação da diversidade étnica. As pesquisas realizadas, até então, sobre a educação no município privilegiaram a esfera da gestão escolar.

A temática do presente estudo se concentra na gestão educacional por meio da análise de ações praticadas no âmbito municipal para a afirmação da diversidade étnica e cultural. Partindo desse problema de pesquisa, faz-se necessário tratar de temas como imigração, colonização, repressão cultural, identidade, etnocentrismo, racismo, exclusão social e cultural, multiculturalismo e ações afirmativas.

Neste trabalho, ação afirmativa é entendida como um conjunto de políticas públicas e privadas “concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego” (GOMES, 2001, p. 40).

A pesquisa é pertinente, pois visa discutir a importância de uma gestão educacional preocupada com a promoção e afirmação da diversidade por meio de uma educação multicultural, ou seja, de tolerância e de respeito ao outro. Considerando que “a diversidade não pode ser compreendida como um perigo, mas como uma afirmação positiva da sociedade brasileira. A diversidade cultural e racial brasileira representa aquilo que temos de mais exuberante em termos de população e afirmar essa diversidade deve constituir objeto da educação nacional” (SOUSA, 2009, p. 20).

Metodologia

A Pesquisa em Educação se preocupa com a compreensão da dinâmica das relações sociais e “tem o potencial de tornar o entendimento que se tem das coisas menos banal” (QUADROS, 2010, p. 6). A pesquisa educacional está vinculada às Ciências Sociais e Humanas e, conforme Bochniak (2010), somente a partir do século XX as ciências sociais lograram consolidar sua identidade livre do modelo racionalista e dos rigorosos princípios científicos característicos das ciências físicas e naturais.

Segundo Quadros (2010), o conhecimento científico é produzido por meio da pesquisa, que é o resultado de estudos minuciosos baseados em métodos e procedimentos recomendados e aceitos por uma comunidade acadêmica. As curiosidades e inquietações

humanas são elementos importantes e promotores da busca pelo conhecimento, que está em um processo permanente de construção e reconstrução, em virtude de seu caráter inacabado.

As ciências sociais se ocupam com o estudo dos fenômenos sociais. Estes possuem especificidades e complexidades que, para sua compreensão, necessitam de diferentes possibilidades metodológicas. A abordagem qualitativa, em comparação com a quantitativa, é largamente utilizada para compreender a amplitude e diversidade de questões relacionadas à educação, pois as “características da abordagem qualitativa são bastante pertinentes nos estudos das questões educacionais da atualidade” (VILELA, 2003, p. 460).

Dentre as possibilidades metodológicas de pesquisa qualitativa em educação há a pesquisa etnográfica, que juntamente com a pesquisa bibliográfica e documental compõem a abordagem metodológica deste trabalho. Conforme Quadros (2010), a pesquisa etnográfica é um ramo da antropologia que estuda realidades sociais e culturais particulares, delimitadas no tempo e espaço. Por meio dela busca-se compreender melhor como as pessoas vivem e se relacionam.

A pesquisa foi realizada num período de dezoito meses, sendo os doze iniciais relativos à formação teórica e os seis subseqüentes para organização da pesquisa e escrita. Utilizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica para contextualizar e caracterizar o ambiente objeto de estudo. Posteriormente, iniciou-se a pesquisa documental referente à gestão educacional praticada no município de Agudo e de dados estatísticos disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. A análise dos dados se orientou por meio de uma abordagem histórica e etnográfica.

A delimitação do período temporal para coleta de dados, referente às ações de gestão praticadas pelo município, justifica-se em virtude de ser o ano seguinte à aprovação da Lei n.º 11.645/08, que insere a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e, portanto já passível de ações concretas para sua implantação. Porém, inicialmente, pensou-se em delimitar a partir de 2003, ano de aprovação da Lei n.º 10.639/03, que trata apenas da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro.

Os recursos humanos e materiais utilizados no estudo foram de pouca complexidade e custo, pois o trabalho foi realizado de forma individual, contando apenas com a colaboração da docente orientadora indicada pela UFSM. Os recursos materiais foram basicamente

bibliográficos e documentais disponíveis na internet, em arquivos de instituições do município objeto do estudo e nas bibliotecas da universidade.

O texto está dividido em três capítulos que contemplam legislação e políticas educacionais voltadas à diversidade étnica, contextualização sobre imigração e constituição do município de Agudo e, análise das ações de gestão para a promoção da diversidade étnica e cultural praticadas no município.

CAPÍTULO I

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA

A Lei n.º 10.630, de 09 de janeiro de 2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, são parte da legislação e política educacional voltada à promoção da diversidade étnica – ao propor uma abordagem que valorize e reconheça as contribuições da população afro-indígena na formação do povo brasileiro.

Ambas as leis “são fruto de um processo histórico de lutas que os movimentos sociais desenvolveram com o objetivo de rever os terrores, mitos, teorias, visões históricas e mentalidades a respeito dos povos afro-indígenas e implantadas, de forma impositiva, nos diferentes espaços-tempos de produção de saberes e subjetividades” (ROCHA, 2012, p. 1).

Os movimentos sociais de resistência se mobilizaram e ganharam força após a redemocratização do país e nos últimos anos têm logrado algumas conquistas importantes, especialmente no âmbito educacional, observando que, a educação pode ser o motor das transformações sociais, assim como pode servir de âncora para a manutenção das estruturas.

A intervenção do Estado realizada por meio da política educacional, instituída pelas normativas supracitadas, visa superar a herança histórico-social da sociedade escravocrata colonial, que discrimina o negro e exclui o índio. Essa herança foi perpetuada, dentre outras formas, por meio de um ensino, historicamente, orientado por uma perspectiva eurocêntrica - onde a contribuição histórico-cultural das populações afro-indígenas é, normalmente, tratada de forma estereotipada e folclorizada.

Antes destas normativas, a Constituição Federal/1988 fazia referência à cultura e ao ensino da História do Brasil, conforme constam no Art. 215, § 1º e Art. 242, § 1º, respectivamente: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” e “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB/96, em consonância com a Constituição Federal, também fez

menção ao ensino de História do Brasil, conforme consta no Art. 26, § 4º - “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.

No ano seguinte à promulgação da LDB/96, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais, que na parte referente à Pluralidade Cultural, menciona a identidade plural do país, constituída pela diversidade étnica e cultural e reconhece que “ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania” (MEC, 1997, p. 15). Ao longo do texto, é defendido o ensino e a aprendizagem na perspectiva da Pluralidade Cultural a fim de rever e transformar práticas discriminatórias arraigadas.

Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O País evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por “mitos” que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta “democracia racial”. Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional, pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se vêem expostas (MEC, 1997, p.20).

Em 1999, os Deputados Federais Esther Grossi – PT/RS e Ben-Hur Ferreira – PT/MS apresentaram o Projeto de Lei n.º 259/1999, originalmente de autoria do Deputado Humberto Costa. Na Justificativa eles defendem a necessidade de desmistificar o eurocentrismo presente nos livros didáticos e criticam a escola como veículo de sustentação do racismo.

A educação é um dos principais instrumentos de garantia do direito de cidadania... O que se vê, porém, é que o sistema oficial de ensino, cada vez mais, apresenta-se como um dos principais veículos de sustentação do racismo, distorcendo o passado cultural e histórico do povo negro... A discriminação racial nas escolas públicas manifesta-se no momento em que os agentes pedagógicos não reconhecem direito à diferença e acabam mutilando a particularidade cultural de um importante segmento da população brasileira que é discriminado nas salas de aula, nos locais de trabalho e na rua, não apenas por aquilo que é dito; mas, acima de tudo, pelo que é silenciado (CAMARA, 1999, P. 232).

O PL 259/1999 deu origem à Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que modificou a LDB/96 com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B e, como se pode observar, o § 3º do Art. 26-A e o Art. 79-A foram vetados:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Em reconhecimento às lutas históricas do Movimento Negro brasileiro, a Presidência da República criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. A SEPPIR utiliza como referência política o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288/2010, destinado à população negra, conforme consta no Art. 1º.

Em março de 2004, o colegiado do Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 003/2004, que regulamenta a alteração trazida à Lei nº 9394/96 – LDB pela Lei 10.639/2003. E, em junho, foi aprovada a Resolução nº 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A Resolução tem como meta, conforme *caput* do Art. 2º: “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática” e no § 3º do Art. 2º determina que “Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas”.

Aproximadamente três meses após a sanção da Lei nº 10.639/2003, a Deputada Federal Mariângela Duarte – PT/SP apresentou o Projeto de Lei nº 433/2003, que propõe alterações em parte do texto que a Lei nº 10.630/2003, conforme expõe sua motivação na Justificativa:

A sociedade saudou, recentemente, a sanção presidencial à lei que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficial e particular... Referida lei foi criticada, no entanto, pela comunidade indígena, que não foi contemplada com a previsão de disciplinas para os alunos conhecerem a realidade indígena do País. É inegável a participação dos índios, ao lado de negros e brancos, na formação da população brasileira, fato reconhecido por estudiosos do assunto (CAMARA, 2003, p.2).

O PL 433/2003 deu origem à Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Outra normativa importante é a Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e no Art. 2º, inciso III, apresenta como diretriz a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e no Art. 8º estabelece que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”. O item 7.25 das Metas e Estratégias reforçam a temática do ensino afro-indígena:

[...] garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil

Como se pode observar, alguns desses instrumentos normativos tratavam sobre a questão étnico-racial, porém de forma superficial. As Leis n.ºs 10.639/2003 e 11.645/2008 trazem de forma explícita a necessidade e obrigatoriedade de ressignificar a abordagem e o

tratamento dado às contribuições afro-indígenas à constituição cultural e identitária do povo brasileiro.

Entretanto, sabe-se, que apenas a letra da lei não garante sua eficácia, pois tanto a resistência consciente, que a qualifica como desnecessária, quanto a inconsciente, e o *status quo* constituem barreiras à efetiva implantação e consecução dos objetivos de valorização e promoção da tolerância e do respeito à diversidade. Desta forma, destaca-se a importância da gestão e das responsabilidades compartilhadas entre as esferas de poder. Nesse caso, a atuação da esfera municipal na gestão educacional, especialmente para a implantação de políticas educacionais geridas na esfera federal.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ANÁLISE

O município de Agudo está localizado na região central do Rio Grande do Sul e, assim como outros municípios da região, é fruto do processo de colonização promovida a partir do século XIX, no Brasil. Conforme os estudos de William Werlang a região que, atualmente, corresponde ao território do município de Agudo foi o berço da Colônia Santo Ângelo. O nome do município surgiu em homenagem ao morro de mesmo nome que, desde a chegada dos primeiros imigrantes, destacou-se pela beleza e formato pontiagudo.

2.1 Formação e ocupação do território brasileiro: Colonialismo e colonização

O processo e as políticas de imigração e colonização no Brasil remontam aspectos históricos relativos à formação e ocupação do território brasileiro, bem como fatores políticos e econômicos nacionais e internacionais. A colonização territorial do Brasil se iniciou com a chegada dos ibéricos, especialmente dos portugueses, no período das grandes navegações, marco inicial do colonialismo moderno. Para tanto, é pertinente conceituar colonialismo e colonização para melhor compreender o percurso histórico da formação e ocupação do território brasileiro. Nas palavras de Gentili (2010, p. 181), colonialismo indica:

[...] a doutrina e a prática institucional e política da colonização. Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial. Colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio.

O território atual se formou por meio de um lento e longo processo de ampliação, que se estendeu de 1494, com o tratado de Tordesilhas, até 1903, com a incorporação do estado do Acre - até então pertencente à Bolívia. O processo de ampliação gradual do território foi marcado por conflitos de conquista territorial, especialmente entre portugueses e espanhóis, e por negociações diplomáticas, que resultaram no estabelecimento de uma sucessão de tratados – Tordesilhas (1494), Lisboa (1681), I de Utrecht (1713), II de Utrecht (1715), Madri (1750), Santo Ildefonso (1777), Badajós (1801) e Petrópolis (1903).

Esses tratados foram definindo o território e as fronteiras do Brasil. Porém, além dos conflitos e ameaças externas, houve, também, diversas revoltas internas ao longo do Período Imperial, motivados pela falta de unidade e de consciência nacional.

[...] a grande questão do Império foi a consolidação da unidade territorial, pois era preciso neutralizar as forças regionais e submetê-las a um ordenamento central, superando as forças centrífugas das inúmeras revoltas locais, entre outras como a Cabanagem, no Pará (1835-1840), a Balaiada, no Maranhão (1838-1840) a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845), e as Revoluções Liberais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (1842) (HERMANN, 2007, p.30)

De acordo com Hermann (2007), a ocupação portuguesa somente se tornou efetiva e sistemática com a criação do regime de Capitânicas Hereditárias, por D. João III em 1532, no litoral nordestino. Segundo Furtado (2007), inicialmente os portugueses não pensavam em povoar a nova colônia porque isso demandaria muitos gastos e o objetivo era a extração máxima e imediata de lucros, assim como os espanhóis lograram por meio do ouro acumulado pelas civilizações pré-colombianas. A exploração agrícola não parecia uma boa alternativa, pois, naquela época, além das limitações logísticas existentes, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala na Europa.

A decisão de dar início à ocupação do Brasil conjugou uma estratégia que objetivava garantir as rotas para as Índias e, de forma mais imediata, expulsar os franceses que assediavam a costa desde o início do Século XVI, levando Portugal a um verdadeiro esforço de conquista, tanto em face das ambições dos países europeus rivais como da resistência nativa aqui encontrada (HERMANN, 2007, p. 21).

Segundo Furtado (2007), a empresa colonial agrícola de Portugal somente obteve êxito em virtude de alguns fatores, como: a experiência no cultivo do açúcar nas ilhas do Atlântico; o apoio logístico, financeiro e comercial dos holandeses; mão de obra barata lograda em virtude do conhecimento do mercado africano de escravos e; o não interesse dos espanhóis em desenvolver a produção agrícola nas novas terras e se manterem focados na extração de metais preciosos. Deste modo, “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição” (FREYRE, 2006, p. 65).

A história da formação econômica brasileira auxilia na compreensão da ocupação e formação territorial. Conforme Andrade (2004), “Roberto Simonsen inaugurou um modelo explicativo baseado no conceito de ciclos econômicos” (p.2) e, a partir dessa perspectiva, a história econômica do país pode ser sintetizada por meio dos ciclos econômicos que se sucederam, ou seja, uma referência à alternância econômica por meio da expansão de uma determinada atividade produtiva durante um período de tempo.

O primeiro ciclo foi o do pau-brasil, no período pré-colonial, onde se utilizava a mão-de-obra nativa e se explorou basicamente o litoral nordestino. No período colonial houve o ciclo da cana-de-açúcar, na região do nordeste, onde foi introduzida a mão-de-obra escrava africana. A pecuária extensiva também foi fomentada nesse período e auxiliou no processo de expansão e ocupação do interior do território.

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado, pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas do pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, em uma grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. Exigiu uma enorme massa de escravos. A criação de gado, com possibilidade de vida democrática, deslocou-se para os sertões (FREYRE, 2006, p. 32).

Mais tarde, ainda no período colonial, houve o ciclo da mineração, na região sudeste. No período imperial o destaque econômico foi para o ciclo do café, também na região sudeste, com a introdução de mão-de-obra de imigrantes europeus, embora a estrutura econômica brasileira ainda se baseasse na mão de obra escrava. No entanto, esta se mostrava cada vez mais escassa, devido à expansão da produção e às imposições inglesas ao tráfico e comercialização de escravos no Atlântico. A solução foi encontrada nos imigrantes, excedentes populacionais europeus, que trabalhavam na sua grande maioria em regime de quase escravidão.

O crescimento das economias europeias, que se industrializaram no século XIX, constituiu fundamentalmente numa revolução tecnológica. À medida que iam penetrando as novas técnicas, sucessivos segmentos do sistema econômico preexistente se desagregavam. Sendo essa desagregação muito rápida na primeira etapa, a oferta de mão-de-obra crescia suficientemente para alimentar o setor mecanizado em expansão e ainda exercer forte pressão sobre os salários... intensificava o processo de urbanização... crescimento vegetativo... dificilmente se possa negar que durante esse período pioraram as condições de vida da classe trabalhadora (FURTADO 2007, p.176).

O ciclo da borracha, explorado na região norte, iniciou no final do período colonial e se estendeu ao período republicano. Utilizou-se, inicialmente, de mão-de-obra indígena e, posteriormente, com o aumento da demanda, de migrantes nordestinos. Em meados do século XX, iniciou-se o processo de industrialização no país, fator que influenciou a dinâmica de ocupação do território caracterizada pela migração de nordestinos para o sudeste e pelo êxodo rural. Atualmente, o Brasil se destaca economicamente em diferentes áreas de produção, porém se pode destacar a soja como um novo ciclo.

2.2 Colonização e imigração

Ao tratar sobre história da ocupação do território brasileiro devemos observar que ela não se inicia com a chegada dos colonizadores europeus. Pois, como se sabe, no território havia a população nativa, que era composta por diversos grupos indígenas. Há diversas teorias que visam explicar a origem dos povos ameríndios, porém ainda sem consenso.

Conforme Vainfas (2007), após o “descobrimento”, em 1500, a história do povoamento do atual território brasileiro tem sido, também, a história do despovoamento indígena. Os conflitos, a captura e a escravização por colonizadores ou grupos rivais e as epidemias são os principais fatores que contribuíram para o despovoamento.

Diversos grupos indígenas reagiram de formas variadas às crises desencadeadas pela colonização. Moveram inúmeros ataques aos núcleos de povoamento portugueses, destruíram engenhos, fizeram abortar diversas capitanias hereditárias, dentre as implantadas no Brasil por D. João III. Os Aymoré, por exemplo, foram permanente flagelo para os colonizadores durante o Século XVI, na Bahia, não havendo expedição que os derrotassem, dentre as várias enviadas aos “sertões” pelos governos coloniais (VAINFAS, 2007, p.47).

A colonização no Período Colonial foi realizada, basicamente, pela vinda de portugueses e pela emigração forçada de africanos, para servir como mão-de-obra escrava. Há, também, a presença de espanhóis, em virtude das relações históricas entre os ibéricos, na península e no Novo Mundo, bem como, de novos-cristãos, judeus que migraram para Portugal, após serem expulsos da Espanha, em 1492, pelos Reis Católicos.

[...] surgiu em Portugal a figura do “cristão-novo”, como efeito de uma técnica de poder, por meio da qual a Coroa portuguesa visava manter os judeus e suas riquezas no país, ao mesmo tempo que lhes negava o direito de praticar sua religião. Conciliava seus interesses de poder e dinheiro enquanto tentava apaziguar o anti-semitismo da plebe nas ruas de Lisboa, tanto quanto os interesses e anti-semitismo dos reis da Espanha (WEFFORT, 2006, p. 26).

Segundo Nunes (2000), a imigração portuguesa foi constante e espontânea, ao longo da história brasileira, porém sua presença tem sido ignorada e negligenciada nos estudos e publicações sobre imigração, em parte pela falta de documentação e registros, especialmente no período anterior a 1850.

Venâncio (2007), divide a imigração lusitana em quatro períodos, conforme as transformações ocorridas em Portugal, são elas: restrita (1500-1700), caracterizada pelas

crises de subsistência e epidemias em Portugal; de transição (1701-1850), caracterizada pelo recuo do império português na Ásia, pela descoberta de ouro no Brasil e pela vinda de portugueses pobres da região do Minho – em razão do grande excedente populacional dessa região; de massa (1851-1960), caracterizada pelo aumento populacional e pela mão-de-obra excedente em virtude do processo de industrialização, em Portugal; e a última, a de declínio (1961-1991), influenciada pela integração europeia, o envelhecimento dos lusitanos e a crise econômica brasileira.

A imigração africana no Brasil, até a proibição do tráfico e a abolição da escravidão, caracterizava-se pelo caráter forçado, ou seja, pelo tráfico promovido pelos portugueses. Conforme Reis (2007), no continente americano, o Brasil foi o país que mais importou africanos para exploração do trabalho escravo e também foi o último a aboli-lo.

A adoção da mão-de-obra escrava africana foi motivada pelo declínio e pela inexperiência e resistência da população nativa ao trabalho na lavoura, bem como pela experiência e interesse português no tráfico de escravos africanos, tendo em vista sua lucratividade. Entretanto, cabe observar que, junto à história da escravização de africanos no Brasil há, também, a história da resistência à escravidão, que está marcada por fugas e movimentos visando à abolição - como os quilombos.

O tráfico transatlântico promoveu o povoamento do Brasil por gente oriunda de diversas regiões do continente africano. Mas essas regiões contribuíram para este povoamento em graus variados de intensidade, dependendo do período considerado e dependendo das conexões comerciais mantidas pelos traficantes portugueses, brasileiros e africanos de um e outro lado do Atlântico (REIS, 2007, p. 82).

Os espanhóis, assim como os portugueses, estão presentes na história do Brasil desde o início da colonização ibérica na América e, posteriormente nos fluxos imigratórios. Porém, por vezes, tem sua participação silenciada na história da imigração, em parte, pela carência de registros e de estudos. E, assim como na Europa, portugueses e espanhóis reproduziram suas rivalidades e alianças ao longo da história, especialmente no estabelecimento das fronteiras nas colônias americanas e no período da União Ibérica, respectivamente.

[...] se avançamos rumo ao sul da América Portuguesa, veremos que mal se pode divisar o perfil lusitano ou castelhano dos que efetivamente colonizavam a região. Área de fronteira territorial entre os domínios espanhol e português, segundo o Tratado de Tordesilhas (1494), a Região Sul seria ainda uma fronteira cultural, coabitando castelhanos e portugueses,

boa parte deles “mamelucos” ou “gaúchos”, na verdade, desde o Século XVII (GUIMARÃES e VAINFAS, 2007, p. 105).

Os judeus, assim como os espanhóis, são outro grupo de imigrantes que, por vezes, é omitido na história. Conforme Grinberg (2007), os novos-cristão, judeus convertidos ao catolicismo em Portugal - após serem perseguidos pela Inquisição e expulsos da Espanha pelos Reis Católicos, em 1492, por não terem se convertido ao cristianismo – estão entre os tripulantes das embarcações e os primeiros colonos europeus estabelecidos no Brasil. Nas capitânicas, atuaram em diferentes atividades – desde pequenos lavradores a comerciantes, senhores de engenho e traficantes de escravos – e, até a vinda da Inquisição, estavam bem integrados.

[...] nos últimos 500 anos, por diferentes razões, o Brasil foi o destino escolhido pelos milhares de judeus e cristãos-novos – portugueses de origem judaica convertidos ao cristianismo – que aqui aportaram, originários de Portugal, Espanha, Marrocos, Inglaterra, França, Turquia, Alemanha, Áustria, Polônia, Rússia, Romênia, Holanda, Hungria, Egito e tantos outros países (GRINBERG, 2007, p. 125).

Faz-se necessário citar e contextualizar a imigração estabelecida por portugueses, africanos, espanhóis e judeus, especialmente, no Período Colonial, para um melhor entendimento do processo de construção do território e da nação, pois, portugueses e africanos são tão imigrantes quanto os demais grupos que vieram posteriormente – espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes, japoneses e outros. O que os diferencia são as condições de imigração – se espontânea, forçada ou subsidiada.

Além dos fatores internos que motivaram a imigração, como suprimento de mão-de-obra e o povoamento para assegurar a expansão do território, há de se considerar os fatores externos. Nos séculos XVIII e XIX, o mundo passou por muitas transformações como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas, a ascensão e hegemonia britânica e a Revolução Industrial.

Essas transformações repercutiram no mundo e influenciaram outras transformações, como: a fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, em virtude da invasão de Portugal por Napoleão - motivada pelas relações de cooperação entre Portugal e Inglaterra. A vinda da Corte provocou mudanças estruturais na colônia portuguesa americana como a abertura dos portos, a criação do Banco do Brasil, a legalização e promoção de políticas de imigração, entre outras.

Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob a proteção da frota inglesa. Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FAUSTO, 1996, p. 75).

De acordo com Cunha (1999), a política de estabelecimento de colônias se iniciou em 1808, por meio de decretos promulgados por Dom João VI, que determinavam a vinda voluntária de açorianos para a capitania do Rio Grande do Sul. Com essa política, o governo objetivava aumentar a população local para proteger a fronteira sul, até então despovoada e sob constante ameaça espanhola. Além de atuarem como “soldados estancieiros”, também cabia aos colonos² a produção agrícola de alimentos, visto que a economia do país era do tipo primário-exportadora e, em razão disso, desabastecida de gêneros de primeira necessidade.

As políticas de imigração no Brasil foram direcionadas a imigrantes europeus e “tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja ‘raça’ era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país” (FURTADO, 2007, p. 183).

A compreensão de Sérgio Buarque de Holanda sobre a relação dos ibéricos com o trabalho talvez possa justificar, em parte, esse direcionamento na política de imigração, pois segundo ele: “é compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia” (HOLANDA, 1995, p. 38).

Entretanto, Giralda Seyferth compreende esse direcionamento em outra perspectiva: “a questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, antes da palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional” (SEYFERTH, 2002, p. 118), ou seja, a suposta superioridade branca era um argumento para implantar o modelo de colonização da pequena propriedade familiar, distinto da grande propriedade escravista.

² “O que se destaca na configuração dessa política de ocupação de terras públicas é, justamente, sua definição: “colonização estrangeira” e, nesse sentido, colono e imigrante são, praticamente, a mesma coisa” (SEYFERTH, 2008, p. 7).

Assim, com a assinatura do Tratado de Nova Friburgo por D. João VI, em 1818, iniciou-se em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em 1819, com a chegada de imigrantes suíços, um novo processo de imigração com vista à colonização por meio da pequena propriedade familiar voltada para a diversificação da agricultura. Porém, Seyferth (2002), observa um elemento racial implícito no texto do Decreto Real, pois no “no artigo 18 do tratado acima referido, (...) trata da criação de uma milícia de 150 suíços, capazes de empunhar armas, colaborando na manutenção dos regimentos portugueses de cor branca” (p. 118).

Conforme Gregory (2007), em 1824, foi estabelecida a Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, composta por imigrantes alemães. Em meados do século XIX, com a abolição do tráfico de escravos, intensificou-se a imigração, não só alemã, como de outras nações europeias.

Os movimentos de emigração se explicam por meio das grandes transformações que estavam ocorrendo na Europa e “favoreceram a emigração para o Novo Mundo. As Guerras Napoleônicas, as socialistas de 1848 e as guerras de unificação da Alemanha, em 1871, causaram mortes, devastação de plantações e fome” (ROCKENBACH, 2004, p. 11). Outros motivos eram os impostos elevados e o desemprego em massa, gerado pela industrialização. Nesse contexto, o Brasil era uma opção esperançosa, pois era um país novo, onde tudo estava por fazer.

Em 1888, foi abolida a escravidão no Brasil e, em 1889, foi proclamada a República. Coincidentemente ou não, como se pode observar, no Artigo 1º do Decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890, que *Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil*, restringindo-se, no entanto, a vinda de imigrantes afros e asiáticos.

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas (SENADO, 1890).

Muitos autores, assim como Weffort (2006), afirmam haver o objetivo implícito de “clareamento” do tipo brasileiro, em virtude da mestiçagem existente com índios e afros.

Como ideologia, o “branqueamento”, vitorioso na estratégia que aconselhou as migrações europeias de fins do século XIX, sobreviveu aos anos 1930 e

chega até os dias de hoje. A convicção de que ser branco é melhor, que se acha em seus pressupostos, tornou-se parte da cultura brasileira. Sobreviveu, atenuando-se no fundo do racismo sutil, envergonhado, tão frequente nos brasileiros (WEFFORT, 2006, p. 279).

2.3 Colonização alemã no Sul do Brasil

Em 1824, chegaram os primeiros imigrantes alemães ao Sul do Brasil e, no Rio Grande do Sul iniciaram a Colônia de São Leopoldo – nome em homenagem à imperatriz Leopoldina. Segundo Cunha (1999), a fundação das colônias de São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres marca a primeira fase da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Como ocorre com a maioria das estatísticas de imigração do Século XIX, também as de imigrantes alemães são bastante precárias, não só porque a emigração começou num período de grandes mudanças na Alemanha – das quais a principal foi a unificação do país em 1870 –, como porque aqui chegaram grupos que, embora falassem dialetos do alemão, não eram originários da Alemanha recém-unificada (GREGORY, 2007, p. 143 e 145).

Neste estudo, o interesse está voltado à Colônia Santo Ângelo, cujo território corresponde aos atuais municípios de Agudo, Paraíso do Sul e parte de Dona Francisca e Cachoeira do Sul. Conforme Werlang (1995), a Colônia Santo Ângelo, foi criada por ato do Governo Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, com o apoio do Império, em 1855. O nome dado à colônia foi uma homenagem a Ângelo Muniz Ferraz, Presidente da Província.

Porém, apenas em 1857 começou a ser povoada, com emigrantes da região da Pomerânia. Em 1865, tornou-se distrito do município de Cachoeira do Sul. Em 1882, emancipou-se e, em 1885, deixou de existir, após ter sido dividida em seis distritos, sendo um deles Agudo, que, em 1959, também se emancipou de Cachoeira do Sul.

A Colônia Santo Ângelo, assim como outras, iniciou-se, conforme Rockenbach (2004), na fase de interiorização da colonização, ou seja, a ocupação de terras distante da sede (Colônia São Leopoldo), que foram abandonadas em razão de ataques indígenas. As novas colônias foram povoadas tanto por imigrantes, quanto por migrantes de São Leopoldo.

O governo nomeou para cada colônia um diretor, que seria o responsável pela sua administração e organização. O primeiro Diretor nomeado da Colônia Santo Ângelo foi Florian von Zurowski, engenheiro, natural de Przemysl, na Galícia. Havia sido “Comandante em Chefe das Forças Marítimas da Província de Buenos Aires”, marinheiro pouco acostumado ao trabalho duro nas matas, logo foi substituído pelo Barão von Kalden (WERLANG, 1995, p. 12).

De acordo com Rockenbach (2004), os emigrantes sofreram muitas dificuldades, desde a longa viagem pelo Atlântico em condições desumanas, a demora nos loteamentos e as promessas não cumpridas – cidadania imediata, liberdade religiosa, auxílios e etc. Outra dificuldade, que pode ser destacada, foi a interação linguística entre imigrantes e a população local. Na historiografia é comum a figura do intérprete.

A formação de colônias, na medida em que auxiliou no processo de adaptação à nova terra - pois, mesmo vindos de diferentes reinos havia algo que os unia, a língua alemã - também os isolou. Também, cabe observar que, na medida em que a língua dava certa unidade às colônias de imigrantes, a religião fragmentava, pois “os alemães colonizadores eram protestantes (evangélicos luteranos) ou católicos e a diferenciação religiosa era fator de distanciamento entre eles” (HOPPE, 1992, p. 20).

2.4 Repressão cultural e linguística

A imigração em massa, ocorrida no final do século XIX e início do século XX, causou desconfiança em alguns setores da sociedade brasileira, que viam nos imigrantes uma ameaça à nacionalidade, bem como temiam a prática de ações anarquistas e comunistas. Essa postura nacionalista resultou em ações de intolerância e repressão cultural, especialmente durante as duas grandes Guerras e na Era Vargas.

Esse período, na história linguística do Brasil, foi marcado pela adoção de políticas linguísticas repressoras em relação aos imigrantes, especialmente os alemães. A política linguística trata da relação entre o poder e as línguas, ou seja, é um “conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre línguas e vida social, de planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato” (CALVET, 2002, p. 145).

Segundo Rockenbach (2004), os imigrantes refizeram a vida no Brasil, criaram raízes no sul do Brasil e transmitiam os valores da cultura germânica. Porém, esse pangermanismo conflitava com a ideia de nacionalidade do governo brasileiro. Nas colônias alemãs a comunicação se realizava por meio do dialeto *Hunsrückisch*, ainda falado. Os costumes e a língua se preservavam e se transmitiam aos descendentes por meio das associações comunitárias (escola e igreja), da imprensa e do meio familiar - alicerce da cultura alemã.

Após o Brasil se posicionar contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, iniciou-se uma campanha nacionalista, que evocava a necessidade de domínio da língua portuguesa. Para tanto, o governo começou a implantar escolas públicas. Oliveira (2009) observa que, no Brasil, tanto o Estado Português quanto o Estado Brasileiro, a política de língua sempre impôs a língua portuguesa como única legítima. Outras medidas repressivas também foram adotadas como a proibição da imprensa em língua alemã, o fechamento de escolas e associações e o afastamento de professores.

Em seu sentido mais abrangente o termo Nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político... O Estado nacional gera o Nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação, isto é a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições (LEVI, 2010, p. 799).

Contudo, com o fim da Primeira Guerra, a cultura germânica se reorganizou, enquanto que o governo se esforçava em prover escolas nacionais ou exigir o ensino da língua portuguesa nas escolas teutas. Porém, durante a Era Vargas e a Segunda Guerra Mundial a germanidade foi novamente abalada, pois a intolerância aumentou e “o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, inviabilizando a reprodução dessas línguas” (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

A geração que cresceu sob esta política repressiva é uma geração em conflito com sua autoestima e competência linguística, pois não consegue dominar a língua alemã falada na infância e também não domina suficientemente o português. Após a Segunda Guerra Mundial, a germanidade saiu comprometida, pois “as coisas não voltaram a ser como antes. Os grupos escolares com ensino em português passaram a dominar. Nas colônias, a tese de que ‘falar alemão é feio’ fez que aos poucos se passasse a falar o português, hoje prática generalizada. O povo teuto saiu humilhado da guerra” (ROCKENBACH, 2004, p. 39).

Muito da cultura e da língua alemã se perdeu durante a Campanha Nacionalista. A língua se tornou uma prática rara ou restrita ao uso familiar com os mais velhos, assim como o domínio da leitura e da escrita em língua alemã praticamente inexistente entre os descendentes. Porém, as comunidades de imigração alemã vêm buscando revitalizar elementos culturais perdidos durante esse período de intolerância. Em Agudo, por exemplo,

desde 1999, há um projeto de "revitalização da língua alemã", por meio do ensino desta língua nas escolas municipais.

Em 2012, outra ação governamental, fortaleceu a identidade germânica dos descendentes, por meio da promulgação da Lei n.º 14.061, de 23 de julho de 2012, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que no Art.º 1º “declara integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado a ‘Língua Hunsrik’, de uso comum entre os descendentes de imigrantes germânicos chegados há quase dois séculos da Alemanha ao Estado do Rio Grande do Sul.”

2.5 Constituição do município de Agudo

O município de Agudo foi criado pela Lei Estadual nº 3.718, de 16 de fevereiro de 1959, e é fruto do movimento pela emancipação política de Cachoeira do Sul que se iniciou em 1957. O município de Agudo foi colonizado, predominantemente, por alemães. Entretanto, Werlang (1995) observa que há registros de alguns residentes brasileiros e portugueses, antes da chegada dos imigrantes alemães, bem como, cita a existência de vestígios arqueológicos das tradições indígenas Humaitá, Vieira e Tupiguarani.

Segundo Vidal (2007), o predomínio da etnia alemã é notável por meio do cultivo da cultura germânica que está refletida na cidade (arquitetura e organização), no povo (tipo físico), na gastronomia, nas músicas, nas danças, na língua alemã (de uso comum pelos mais velhos e na zona rural) e no sotaque alemão no uso da língua portuguesa, considerando que, nas gerações passadas, os descendentes tinham a língua alemã como língua materna e o português como segunda língua.

A presença germânica pode ser percebida, em conversas entre amigos e parentes (o idioma alemão não foi abandonado), nas danças, nos corais, nas músicas, nos tentadores pratos típicos, em grupos e associações das comunidades. As raízes alemãs estão estampadas nos rostos, nos olhos e cabelos claros, nas atitudes, no jeito de falar, na adoração pelo chopp e nas kerbs... Agudo é a cidade com mais características germânicas da região, uma vez que os costumes se manifestam naturalmente entre os descendentes, sendo uma herança renovada a cada dia (SCHIRMER, 2014, p. 16).

Também é relevante destacar a existência de entidades promotoras da cultura alemã no município, como: o Instituto Cultural Brasileiro Alemão, que possui museu e livros em alemão; o Grupo de Danças Folclóricas Alemãs *Freundschaft*; o jornal *Deutsche Integration*,

que possui colunas e piadas escritas em alemão; a Rádio Agudo, que possui programas que são parcialmente apresentados em língua alemã.

Considerando dados do IBGE³, em 2010, a população do município era de 16.722 habitantes, numa área territorial de 536,1 Km², densidade demográfica de 31,19 hab./km² e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,69. A estimativa populacional para 2014 é de 17.140 habitantes. Conforme Schirmer (2014), na população agudense há predomínio da raça branca - “principalmente de origem germânica” (p.54). De acordo com os Resultados Gerais da Amostra - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência - Gráficos e cartogramas por municípios e unidades da federação - Censo 2010⁴, a população do município se caracteriza, conforme sua cor ou raça: 0% indígena, 1% amarela, 5% preta, 10% parda e 84% branca.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, quando tratam sobre cor ou raça em suas pesquisas, utilizam as categorias indígena, amarela, preta, parda e branca. Porém, essa categorização passou por alterações desde a primeira edição do censo, em 1872.

Os dados correspondentes às categorias preta e parda conformam o grupo racial negro, pois “ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros... uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum” (SANTOS, 2002, p. 13 *apud* GOMES, 2005, p. 40).

Conforme Silva (2013), somente em nove, das doze edições do censo, houve o quesito cor ou raça e, as alterações ocorreram tanto na composição das categorias raciais quanto na disposição no questionário se básico ou por amostra. As categorias indígena e amarela foram incluídas nos censos de 1991 e 1940, respectivamente.

Cerca de 60% da população agudense vive na zona rural e isso se reflete na economia do município, que está baseada na agricultura familiar, onde se destaca a produção de arroz e fumo, para comercialização. Há, também, pecuária e produção de milho, feijão e hortaliças, para subsistência. Entretanto, nos últimos anos, tem-se desenvolvido outras atividades como

³ Dados IBGE Censo Demográfico 2010 - cidades@ disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430010>

⁴ Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/> filtrando por Brasil-Rio Grande do Sul-Agudo-Tabela-cor ou raça.

alternativas ou complemento orçamentário e, entre elas, destacam-se: a floricultura, o gado de leite, a apicultura, a piscicultura, agroindústria e o hortifrúti - com destaque para o moranguinho.

Com a finalidade de promover a cultura do morango foi criada uma festa/feira - Festa do Moranguinho e da Cuca⁵ - que neste ano está em sua XVII edição. Dentre as festividades promovidas em Agudo, destacam-se: *Volksfest in Agudo*⁶ (festa do povo), ChoCuLin (baile do *chopp*, da cuca e da linguiça), Festa do Moranguinho e da Cuca, *Kerbfest*, Natal Luz e as tradicionais festas comunitárias (colheita).

Por meio das principais festividades, bem como de seus nomes, pode-se observar a presença e influência da cultura germânica, onde “a identidade germânica é exaltada como um resgate da história, dos costumes, das tradições, que são inventados e/ou reinventados adaptando-os ao meio e ao longo do tempo” (FARIAS, 2010, p. 58). Outras datas festivas e feriados que demonstram essa influência são: 25 de julho – Dia do Colono e Motorista; 31 de outubro – Dia da Reforma; e 1º de novembro – Aniversário da Imigração Alemã: Colônia Santo Ângelo.

A histórica da educação do município também está marcada pela influência da imigração, pois foi com a chegada dos imigrantes que se criaram as primeiras sociedades escolares, considerando que, naquela época, “não havia recursos públicos, porém as comunidades organizavam-se para oportunizar o estudo aos filhos, reconhecendo a educação como maior herança deixada pelos pais, ideal este trazido da Europa” (SCHIRMER, 2014, p. 57).

Até a Campanha Nacionalista, as aulas eram ministradas em alemão e “os professores, a princípio, eram pessoas da colônia, mas, com o desenvolvimento destas, vieram os religiosos que, muitas vezes, se dedicavam, também, ao ensino” (GREGORY, 2007, p.154).

Na década de 90, do século XX, muitas dessas escolas comunitárias foram municipalizadas e na primeira década do século XIX muitas foram fechadas e algumas ampliadas, em razão da criação de escolas núcleo. Atualmente, o município de Agudo conta com oito escolas municipais, três escolas estaduais e duas escolas particulares, que atendem aproximadamente a 3.200 estudantes.

⁵ Cuca é um doce típico da gastronomia germânica - uma espécie de bolo-pão doce, normalmente recheado com frutas.

⁶ Festa e feira em homenagem ao colono (imigrante alemão-agricultor) e motorista, este em segundo plano.

Destes, conforme Schirmer (2014), 128 (98-EI7 e 30-EF8) estão nas particulares, 1802 (383-EI e 1419-EF) nas municipais e 1279 (500-EF, 93-EF/EJA, 583-EM⁹ e 103-EM/EJA) nas estaduais. Então, em termos percentuais, temos: 3,98% em escolas particulares, 56,15% em escolas municipais e 39,85% em escolas estaduais. Considerando por nível de ensino há: 14,98% na Educação Infantil (481), 63,63% no Ensino Fundamental (2042) e 21,37% no Ensino Médio (686). A EJA corresponde a 9,22%, sendo 3,20% no Ensino Médio e 6,02 no Ensino Fundamental.

Das treze escolas existentes no município, somente duas ofertam o Ensino Médio, ambas estaduais – uma está localizada na zona urbana e a outra a 5 km da sede. Do total, sete estão instaladas na zona urbana, sendo: duas particulares, duas estaduais e três municipais. As outras seis estão instaladas na zona rural.

Este estudo está voltado à gestão educacional, no âmbito municipal e, portanto, interessa-se pelas ações desenvolvidas nas escolas sob responsabilidade do Governo Municipal, são elas: EMEF Alberto Pasqualini, EMEF Olavo Bilac, EMEF Paraíso da Criança, EMEF Santo Antônio, EMEF Santos Dumont, EMEF Santos Reis, EMEF Sete de Setembro e EMEF Três de Maio.

Conforme dados da Secretaria de Educação e Desporto-SED¹⁰, cerca de 150 docentes atuam nas escolas municipais, destes 90% são servidores efetivos e os outros 10% temporários. Aproximadamente 97% possuem graduação, 44% possuem especialização e 3% possuem mestrado. Nas escolas também atuam 34 servidores de apoio administrativo, ocupantes dos cargos de servente, merendeira e secretaria escolar.

A legislação que dispõe sobre a direção escolar foi revista recentemente, porém a forma de provimento não. Conforme Art. 28-A, Parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.928/2013, de 19 de dezembro de 2013, que altera as leis municipais n.º 734/90, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, e n.º 1188/98, que dispõe sobre a gratificação de diretor de escola, “o cargo de Diretor de Escola será provido por investidura em Função Gratificada, sendo privativo de professor”. O caráter da nomeação por indicação está explicitado na Justificativa do Projeto de Lei 50/2013, que deu origem à Lei Municipal n.º 1.928/2013:

⁷ EI = Educação Infantil

⁸ EF = Ensino Fundamental

⁹ EM = Ensino Médio

¹⁰ Denominação dada pela Lei Municipal n.º 1909, de 12 de julho de 2013, que altera denominação dos órgãos da estrutura de governo. Antes da alteração a denominação era Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme Lei Municipal n.º 568, de 23 de outubro de 1985.

Legislação Municipal disponível em: <http://www.agudo.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

Relevante é observar que em Agudo a direção de escola é função indicada. Portanto, tipicamente uma Função Gratificada. Nessa há que ocorrer a investidura formal, prerrogativa irrevogável do Prefeito. Assim sendo, pode-se perceber que a redação em tramitação menciona que o professor nomeado Diretor “poderá”, ser designado para a FGD. Assim preserva-se o caráter de ser esta uma função de confiança, demissível *ad nutum* (AGUDO. PL 50/2013).

Parte da atual equipe da Secretaria de Educação e Desporto integrava a equipe da gestão anterior, 2009-2013, que em parte era continuidade da gestão municipal de 2005-2009. A atual equipe está composta por oito servidores, todos possuem formação de nível superior, embora nem todos os cargos exijam esse nível como pré-requisito para provimento, e 75% dos servidores possui especialização. As áreas de formação da equipe são diversificadas – pedagogia, matemática, nutrição, geografia, filosofia e contabilidade. A estrutura administrativa atual da Secretaria está dividida em seis setores: compras, transporte, desporto, apoio administrativo, nutrição e supervisão.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS AÇÕES PRATICADAS NO MUNICÍPIO DE AGUDO

A fim de ter acesso a documentos e informações oficiais sobre as ações¹¹ de gestão educacional praticadas no Município, para a afirmação da diversidade étnico-cultural, encaminhou-se uma solicitação de colaboração à Secretaria de Educação e Desporto, conforme consta no Anexo A. A equipe de dirigentes foi muito atenciosa e em resposta à solicitação indicou que as escolas são orientadas, pelas supervisoras da Secretaria, a trabalhar os temas de acordo com a lei vigente, conforme consta no Anexo B. A “lei vigente” é uma referência à legislação a cerca do ensino da história e cultura afro-indígena citadas na solicitação.

Entre as ações praticadas pela secretaria, para a promoção da diversidade étnico-cultural, foram citadas a realização de: viagem de estudos para a Região das Missões - ruínas do aldeamento indígena realizado durante a colonização Jesuítica na região noroeste do Rio Grande do Sul, durante os séculos XVII e XVIII; mostra pedagógica, com exposição de trabalhos realizados pelos alunos nas escolas; formação continuada por meio de curso de extensão sobre políticas de promoção de igualdade racial; e, projeto de ensino de língua alemã em algumas escolas municipais.

A equipe disponibilizou os Planos de Estudo referentes às disciplinas de Artes e História do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, conforme Anexo C e D. O § 2º, do Art. 26-A, inserido pelo Art. 1ª da Lei n.º 11.645/2008, determina que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”, ou seja, o ensino de história e cultura afro-indígena não se limita às disciplinas de história, literatura e artes, mas sim a todo o currículo. Outros documentos como Atas, PPP’s e relatórios não foram disponibilizados, talvez por não tratarem ou apresentarem informações sobre a temática – promoção da diversidade étnico-cultural.

Em análise aos planos de estudo de educação artística, pode-se constatar que não há nenhuma referência às contribuições afro-indígenas. Os elementos que mais se aproximam são: folclore RS – costumes/ artesanato, no 2º trimestre do 6º ano; música – estilo musical (samba, MPB), no 1º trimestre, do 7º ano; folclore brasileiro - costumes, artesanato e músicas;

¹¹ O termo “ação” é utilizado em sentido amplo e genérico para toda e qualquer atuação.

e música – estilo musical (samba, MPB), no 2º trimestre, do 7º ano. Entretanto, a identificação desses elementos, que podem ser resumidos a folclore e samba, não indica e nem garante que a abordagem dada será no sentido de apresentar as contribuições e valorização da história e culturas afro-indígenas.

No plano de estudo de história é possível encontrar mais elementos, mas, da mesma forma que no plano de estudo de artes, não está explícita a abordagem em que estes conteúdos serão trabalhados - se na perspectiva da valorização da diversidade ou de naturalização das desigualdades e estigmatização. Dentre o conteúdo elencado, podem-se destacar as seguintes temáticas como potenciais: pré-história brasileira - no 1º trimestre, do 6º ano; elementos da sociedade colonial – miscigenações/mito da democracia racial/ o índio, o negro e o branco - 2º trimestre, do 6º ano; impacto da conquista – eurocentrismo/violência da conquista/resistência das populações nativas – no 3º trimestre, do 7º ano.

Em ambos planos de estudo não está claro como é efetivada a inclusão da temática étnico-racial nas escolas. Assim como, não foram apresentados materiais que indicassem a abordagem utilizada nas ações relativas às viagens de estudos para a Região das Missões e da Amostra Pedagógica para promover e afirmar a diversidade étnico-cultural. Entretanto, dentre as ações enumeradas pela equipe de gestores da SED, conforme Anexo B, duas se apresentam mais concretas e estruturadas - o curso de extensão sobre políticas de promoção de igualdade racial e o projeto de ensino de língua alemã.

O curso de extensão citado não é uma ação exclusiva e tampouco iniciativa da SED e, portanto, não se constitui uma ação de gestão educacional do Município. O curso de Aperfeiçoamento UNIAFRO - Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola é promovido pelo Centro de Formação Continuada de Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FORPROF/UFRGS, possui carga horária de 210h, tem como público-alvo professores de escolas públicas estaduais ou municipais, que atuem desde a Pré-Escola até o 3º ano do Ensino Médio, e é ofertado na modalidade à distância.

Essa é a segunda edição do curso. E em Agudo, ele é ofertado por meio do polo de Apoio Presencial e talvez a ação da SED tenha sido no sentido de possibilitar e motivar a oferta do curso no município. O curso também está sendo ofertado em Jaguarão, Porto Alegre, Caxias do Sul, Cachoeira do Sul, Mostardas, Santo Antônio da Patrulha, Sapiranga, Novo Hamburgo e Balneário Pinhal.

Conforme informações constantes no site do curso, o objetivo geral é “qualificar a educação antirracista em curso nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul, visando o atendimento da lei 10.639/2003”. E os objetivos específicos são:

Teorizar sobre o negro no Brasil: escravidão, movimento abolicionista, legislação e práticas pós-abolicionistas; Compreender a gênese do racismo no Brasil, sobretudo no que se refere ao processo de construção cultural de inferiorização do negro; Diagnosticar o racismo na escola, a partir de práticas cotidianas de sala de aula; Elaborar ações pedagógicas voltadas para a problematização do racismo a partir de artefatos culturais – brinquedos, filmes, livros, telenovelas, mídia, dentre outros – e práticas culturais – convívio em clubes, praças, parques, templos, distribuição urbana territorial étnico-racial, dentre outros – nas cidades em que os cursistas atuam; Implementar ações pedagógicas planejadas, avaliando-as; Socializar as experiências realizadas com os demais cursistas, tutores e com o grupo de professores do curso.¹²

Segundo informações da SED, 25 professores de Rede Municipal de Ensino estão participando deste curso, Anexo E. Esse número de participantes equivale a 1/6 de todo corpo docente da rede municipal. O curso, por meio dos objetivos explicitados, traz muitas contribuições concretas para a implantação do ensino afro e provavelmente trará mudanças significativas na atuação dos docentes no ambiente escolar.

A única ação de gestão educacional concreta e efetiva identificada no município, para a promoção da identidade étnico-cultural, é o desenvolvimento de um projeto de ensino de língua alemã nas escolas municipais. Conforme Vidal (2007), o projeto teve início em Santa Catarina, em 1985, e no Rio Grande do Sul, em 1987, e é produto de uma ação de política linguística que visa à revitalização da língua alemã, em razão da repressão sofrida durante a primeira metade do século XX, no Brasil.

Agudo, sendo um município fruto da imigração e colonização alemã, aderiu ao projeto em 1998, e desde então conta com o apoio do Instituto Goethe e do Instituto de Formação de Professores de Língua Alemã - IFPLA, para treinamento e certificação de professores, que atuam nas escolas municipais e demonstram interesse em participar do projeto. O curso de atualização dos professores é realizado anualmente em Ivoti. Conforme Vidal (2007), a implantação começou gradativamente, em 1999, a partir da 4º série da Educação Básica, em algumas escolas municipais e de forma precária pela falta de experiência e de materiais.

¹² Disponível em http://www.ufrgs.br/uniafro/docs/informacoes_sobre_o_curso.pdf

Atualmente, conforme informações da SED a língua alemã é ofertada como disciplina obrigatória, do 5º ao 9º ano, em quatro, das oito escolas municipais – Santos Reis, Sete de Setembro, Três de Maio e Alberto Pasqualini. Essa limitação se deve à disposição geográfica da escola em relação à sede e também pela falta de recursos humanos aptos para participarem do projeto.

Cabe observar que a escola Santos Dumont está localizada na sede e não oferta a disciplina de língua alemã. O bairro, onde está localizada a escola, é mais povoado em comparação ao resto da cidade e é, de certa forma, estigmatizado por problemas socioeconômicos – pobreza e violência. Há no senso comum, dos não residentes, a crença de que os habitantes do bairro são em sua maioria afros ou não descendentes germânicos. Pode-se perceber aí uma tríade estigmatizante que associa etnia-pobreza-violência. Essa lógica perversa não considera as condições sócio-históricas e tampouco a responsabilidade do Estado na constituição contextual.

Ao final de cada ano é realizado um concurso de leitura em língua alemã, dividido em dois módulos, *Muttersprache* (falado em casa) e o *Fremdschprache* (aprendido na escola) e seus respectivos níveis, de acordo com a série do aluno. Neste ano ocorreu a 15ª edição do Concurso de Leitura em Língua Alemã de Agudo, com a participação de mais de 50 inscritos. Para os alunos que estão finalizando o 9º ano também há possibilidade de realização de prova de proficiência, que é aplicada pelo Instituto Goethe, de Porto Alegre. Os alunos que alcançam 50% de aproveitamento recebem certificação A1, conforme marco comum europeu para línguas.

Como se pode observar, as iniciativas voltadas à valorização da identidade e cultura germânica se desenvolvem de forma mais eficaz em Agudo, em parte pela identificação histórico-cultural e sentido de pertencimento daqueles que gerem, mas principalmente pelo empenho de docentes no ambiente escolar e do apoio da secretaria de educação.

Um elemento importante, porém não citado pela equipe da SED, foi o lançamento da nova edição do Livro Escolar de Agudo, que ocorreu em julho deste ano. Esta é a terceira edição e sob o título “Agudo: Meu torrão amigo”. O título do livro faz referência ao Hino do Município. A primeira edição foi elaborada em 1974 pela Associação dos Municípios do Vale do Jacuí Centro – AJACE, sob a orientação e coordenação de João Cunha Carpes e Fritz Strohschoen e intitulada como “Agudo: História e economia”. A segunda edição é de 1992,

sob a organização de Leani D. S. Hoppe, com a colaboração de professores do município, e intitulado como “Conhecendo Agudo”. Foi publicada pela secretaria de educação, com apoio do MEC.

Na primeira edição foram apresentados dados geográficos, históricos - Colônia Santo Ângelo/emancipação de Agudo/administração do município, características demográficas, educação e cultura, economia do município, organização e serviços. A segunda edição foi ampliada e apresentou os temas de forma mais didática, inclusive contendo pequenas atividades, visto que era destinada a alunos da 3ª série, do 1º grau. O conteúdo abordado era basicamente o mesmo da edição anterior, porém com dados atualizados.

A terceira edição foi organizada por Gerson J. Schirmer, Rosineide D. C. da Silva e Solange I. Becker, com a colaboração de professores municipais. A publicação foi realizada pela Prefeitura Municipal de Agudo. Esta edição é colorida e mais ilustrada que as anteriores. Os dados geográficos ganharam melhor tratamento, visto que o organizador é doutorando em geografia. O livro está dividido em: nossa história; orientação no espaço; nosso município – aspectos físicos/aspectos sócio econômicos; símbolos; poderes e autoridades.

Essa edição, diferentemente das anteriores, fez menção aos povos nativos na parte histórica, mas, assim como as anteriores, ignora aspectos históricos relativos à participação de povos afros e afro-brasileiros na constituição do estado. Considerando que este livro tem a finalidade didática de ser O Livro Escolar do Município de Agudo, a gestão municipal e a secretaria de educação perderam uma boa oportunidade de iniciar ações mais concretas para a efetivação da lei do ensino afro-indígena. Ignorar e silenciar em nada contribuem para a formação de uma sociedade mais justa e democrática.

Conforme Gomes (2005), uma das faces do racismo é a forma institucional que “implica praticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto” (p. 53), e cita como exemplo os livros didáticos pela abordagem estereotipada, pela ausência da história positiva e ou pelo silenciamento.

Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos re-educar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros. (GOMES, 2005, p. 49)

O preconceito racial não é inato, ele é aprendido socialmente e sua perpetuação revela um sistema social racista. É compreensível que em Agudo, em virtude de sua constituição, as iniciativas voltadas à valorização da germanidade encontrem campo fértil, porém ações de promoção e afirmação da diversidade étnico-cultural também devem encontrar espaço, mesmo em um ambiente de hegemonia étnico-cultural. As políticas de valorização das contribuições afro-indígenas não devem ser entendidas como necessidade ou exclusividade de locais onde sua presença seja hegemônica, mas sim de toda a sociedade brasileira.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por fim, apresentam-se algumas considerações, pois a temática é ampla e complexa para apresentar considerações finais e ou conclusões. Este estudo buscou analisar a gestão educacional praticada no município de Agudo, para a promoção e afirmação da diversidade étnico-cultural, em meio ao contexto de relativa hegemonia cultural da etnia alemã.

O Brasil é um país que em sua constituição identitária possui grande diversidade étnica e cultural, em parte, em virtude de sua extensão continental, bem como, pelo período escravista e às políticas de imigração pré e pós-abolição. Segundo Silva (2009), a temática das políticas de promoção da diversidade étnica é um desafio ao gestor público, que deve ser compreendido como política pública de educação e colocá-la no centro da discussão de sua política educacional.

Após o processo de redemocratização no Brasil, a gestão educacional e conseqüentemente a educação como um todo tem ganhado um papel de meio promotor de inclusão e de afirmação da diversidade. Conforme Freitas (1998), a gestão educacional era vista como ponto crítico da educação brasileira nas décadas de 80 e 90 e em virtude disso passou a adquirir centralidade na agenda de política educacional.

As ações para a promoção da diversidade étnico-cultural ainda são incipientes em Agudo. E dentre as citadas pelas dirigentes da Secretaria, a mais concreta é a do ensino da língua alemã. As relativas ao cumprimento da Lei do ensino afro-indígena são insuficientes e não explicitam como a orientação de “trabalhar os temas de acordo com a lei vigente” é realizada. Os planos de estudo apresentam uma lista de conteúdos periodizados e não explicitam ou apresentam uma abordagem de temas que atendam à Lei n.º 11645/2008.

Da mesma forma, não foi apresentada sob qual abordagem é realizada a viagem de estudo e as mostras pedagógicas para promover e afirmar a diversidade étnico-cultural. As dirigentes informaram que as escolas possuem autonomia para realizarem suas atividades e que seria necessária uma pesquisa *in loco* para identificar estratégias para a implantação da Lei do ensino afro-indígena.

Mas como, o objeto desse estudo era a gestão educacional e não a gestão escolar e ou as práticas docentes, limitou-se à análise das informações relativas às ações da Secretária de Educação e Desporto. Reconhece-se aqui a importância da autonomia escolar, é parte da

concepção de gestão democrática, porém utilizá-la como resposta para isentar-se da responsabilidade, que é compartilhada, revela o desconhecimento/omissão da gestão educacional municipal sobre o cumprimento da normativa.

A questão racial se insere na complexidade da diversidade cultural. A educação é essencial e deve ser tomada desde uma perspectiva multicultural para romper com as estruturas que se perpetuam e para desmistificar crenças e práticas naturalizadas de inferiorização. Os gestores educacionais possuem responsabilidade social e devem contribuir na construção e implantação de práticas que visem à promoção e afirmação da diversidade étnico-cultural. As políticas educacionais devem encontrar apoio nas diferentes esferas de gestão educacional para sua eficácia, pois não sendo assim a possibilidade de insucesso é alta considerando a continentalidade de nosso país.

REFERÊNCIAS

AGUDO. Câmara Municipal. **Lei Municipal n.º 568**, de 23 de outubro de 1985. Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Agudo e dá outras providências. Disponível em <http://www.agudo.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

_____. **Lei Municipal n.º 1.909**, de 12 de julho de 2013. Altera denominação dos órgãos da estrutura de governo. Disponível em <http://www.agudo.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

_____. **Projeto de Lei n.º 50/2013**. Altera a leis municipais 734/90 que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e 1188/98, que dispõe sobre a gratificação de diretor de escola. Disponível em <http://www.agudo.rs.leg.br/processos-legislativos/ordem-dia/>

_____. **Lei Municipal n.º 1.928**, de 19 de dezembro de 2013. Altera a leis municipais 734/90 que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e 1188/98, que dispõe sobre a gratificação de diretor de escola. Disponível em <http://www.agudo.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/>

ANDRADE, L. B. **A Historiografia sobre o debate acerca da economia colonial brasileira**. In: I Encontro Memorial do ICHS/UFOP, 2004, Mariana. Anais do I Encontro Memorial do ICHS/UFOP, 2004. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h10_5.pdf Acesso em 12/10/14

BARCELOS, Roberta. **Metodologias da pesquisa**. Niterói, RJ: EAD/UNIVERSO, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/221373728/Metodologia-Da-Pesquisa> Acesso em 08/10/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em 08/08/2014.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 08/08/14.

_____. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm Acesso em 08/08/14.

_____. LEI Nº 10.678, DE 23 DE MAIO DE 2003. **Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm Acesso em 28/08/14.

_____. LEI Nº 11.645, de 10 março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em

08/08/14.

_____. LEI Nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em 28/08/14.

_____. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em 20/10/2014.

BRASIL.MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf> Acesso em: 10/10/2014

_____. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acesso em: 10/10/2014

_____. SENADO FEDERAL. Decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890. **Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil.** Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102013&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> Acesso em 08/08/12.

BOCHNIAK, Regina. Interdisciplinaridade. In. **Enfoques de Pesquisa em Educação.** Santa Maria. NTE/UFMS/UAB, 2010.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística uma introdução crítica.** Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n.º 259/1999.** Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1999.pdf#page=232> Acesso em: 20/10/14.

_____. **Projeto de Lei n.º 433/2003.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=118507&filename=PL+433/2003 Acesso em: 20/10/14.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais.** São Paulo: Selo Negro, 2000.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os interesses políticos e econômicos da colonização do sul do Brasil com alemães.** In: História: Fronteiras. Anais do XX Simpósio Nacional – ANPUH. Volume II. Florianópolis, julho de 1999. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S20.87.pdf> Acesso em 12/10/14. Acesso em: 25/09/14.

FARIAS, Daiane Sündermann. **Ein Volksfest in Agudo: Etnografia da “Festa do Povo em Agudo”.** Monografia de graduação – Curso de Ciências Sociais. Santa Maria, 2010. Disponível em: http://w3.ufsm.br/csociais/arquivos/tcc/daiane_farias.pdf Acesso em 24/08/2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51.º ed. Ver. – São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 2007.

GENTILI, Anna Maria. Colonialismo. In: Dicionário de Política. In: **Dicionário de política**. Org. BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino . **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Ricardo Henriques. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. 'ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005.

GREGORY, Valdir. **Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2007.

GRINBERG, Keila. **Nova língua interior: os judeus no Brasil**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2007.

GUIMARÃES, L. M. P.; VAINFAS, R. **Sonhos galegos: 500 anos de espanhóis no Brasil**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2007.

HERMANN, J. **Cenário do encontro de povos: a construção do território**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPPE, Leani Dânia Schumacher. **Conhecendo Agudo - RS**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Agudo. 1992.

LEVI, Lucio. Verbetes: etnia e nacionalismo. In: **Dicionário de política**. Org. BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

LÜCK. H. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Nosso racismo é um crime perfeito**. Revista Fórum, Edição 77, agosto de 2009. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/> Acesso em 08/10/2014.

NUNES, Rosana Barbosa. **Imigração portuguesa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX**. Revista História & Ensino - UEL, Londrina, v. 6, p. 163-177, out. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/issue/view/803> Acesso em 18/10/14.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Brasileiro fala português: Monolinguismo e Preconceito Linguístico**. Revista Linguagem, 11º edição, novembro e dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao11/artigo12.pdf>. Acesso em 06/09/2014.

QUADROS, Claudemir. **Enfoques de Pesquisa em Educação**. Santa Maria. NTE/UFSM/UAB, 2010.

REIS, João José. **Presença negra: conflitos e encontros**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 14.061, de 23 de julho de 2012. **Declara integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio Grande do Sul a “Língua Hunsrik”, de origem germânica**. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=58094&hTexto=&Hid_IDNorma=58094 Acesso em 25/10/2014.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. **Desafios para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena**. In: XVI Jornada Nacional de Educação, 2012, Santa Maria, RS. Anais da XVI Jornada Nacional de Educação, 2012. Disponível em: jne.unifra.br/artigos/4811.pdf Acesso em 30 de setembro.

ROCHA, Everardo. **O que é Etnocentrismo**. Ed. Brasiliense, 2006.

ROCKENBACK, Silvio Aloysio. **Imigração alemã: 180 anos – história e cultura** / Silvio Aloysio Rockenback; Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Corag, 2004.

SCHIRMER, G. J. ; SILVA, R. D. C. ; BECKER, S. I. **Agudo: Meu Torrão Amigo**. Livro escolar do Município de Agudo. 1ª. ed. Santa Maria: Palotti, 2014.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e questão racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.º 53, p 117-149, março/maio2002. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf> Acesso em 12/10/2014. Acesso em: 20/10/2014.

_____. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político**. Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro – Brasil, 2008. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf Acesso em: 20/10/2014.

SILVA JR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Tatiana Dias. **Panorama social da população negra**. In: Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: IPEA, 2013.

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **A inclusão da temática étnico-racial nas escolas da rede municipal de Fortaleza – o olhar docente sobre a implementação da Lei 10.639/2003**. Monografia de especialização. UFSM/UAB, 2009. Disponível em: <http://portal.ufsm.br/biblioteca/pesquisa/registro.html;jsessionid=15967163165126461556c5b05631?idRegistro=358220> Acesso em 08/10/2014.

VAINFAS, R. **História indígena: 500 anos de despovoamento**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2007.

VENANCIO, Renato Pinto. **Presença Portuguesa: de colonizadores a imigrantes**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2007.

VIDAL, Sirlei Lopes. **Ações de políticas linguísticas na revitalização da língua alemã em Agudo-RS**. In: Anais do I Fórum Internacional da Diversidade Linguística. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, 937 – 944.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples**. RBPAE – v23, n1, p 53-69, jan./abr. 2007.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. **O lugar da abordagem qualitativa na pesquisa educacional: retrospectiva e tendências atuais**. Perspectiva. Florianópolis, v. 21, n. 2, p 431-466, jul/dez 2003.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

WERLANG, William. **História da Colônia de Santo Ângelo**. Santa Maria: Palloti. 1995.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. (Tradução Fany Kon). São Paulo: Perspectiva, 2007.

ANEXOS

ANEXO A

À Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Agudo

Agudo, 21 de outubro de 2014.

Prezadas dirigentes,

Solicito a colaboração da equipe da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Agudo – por meio da disponibilização de cópias (impressa ou digital) de documentos (atas, relatórios, PPP's, projetos, etc.) – para a conclusão da pesquisa intitulada como Análise da gestão educacional praticada no município de Agudo-RS para afirmação da diversidade étnica e cultural, que está sendo desenvolvida no curso de Especialização em Gestão Educacional – UFSM. O estudo está sendo conduzido pela acadêmica Sirlei Lopes Vidal e orientado pela Prof.^a Dr.^a Sueli Pereira.

A pesquisa se desenvolve por meio de uma perspectiva historiográfica e etnográfica e, utiliza-se metodologicamente da pesquisa bibliográfica e documental. Assim, objetiva identificar e analisar as ações de gestão educacional praticadas no município, a partir do ano de 2009, visando à promoção da diversidade étnica e cultural. A delimitação do período temporal para coleta de dados se justifica em virtude de ser o ano seguinte à aprovação da Lei n.º 11.645/08, que insere a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e, portanto já passível de ações concretas para sua implantação.

Desta forma, busca-se verificar o cumprimento da Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. E, além disso, tem como objetivo compreender a implantação e o desenvolvimento do projeto para revitalização e promoção da identidade cultural alemã, por meio do ensino da língua alemã.

Desde já, agradeço pela colaboração.

Atenciosamente,

Sirlei Lopes Vidal

Cursando Especialização em Gestão Educacional - UFSM

E-mail: kikavidal@terra.com.br

ANEXO B**Resposta¹³ à solicitação encaminhada, conforme Anexo A.**

- Planos de estudo da Rede Municipal de Ensino;
- Orientação às escolas, através das supervisoras, para trabalhar os temas de acordo com a lei vigente;
- Viagens de estudo (Missões);
- Mostras Pedagógicas com exposição de trabalhos;
- Curso de Extensão – Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Escola – 210 horas (25 professores)
- Oferta de Língua Alemã (4 escolas);

¹³ Resposta da Secretaria de Educação e Desporto - SED transcrita *ipsis litteris*.

ANEXO C

PLANOS DE ESTUDOS¹⁴: ANOS FINAIS DO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Objetivo Geral

A arte tem por objetivo proporcionar a integração do aluno com o meio histórico-artístico cultural, desenvolvendo a sensibilidade estética e a criatividade, ludicidade como forma de expansão e comunicação, através de diferentes manifestações artísticas, proporcionando auto-confiança, percepção, criatividade exercitando assim sua cidadania cultural como o fazer e qualidade.

6º ANO

1º Trimestre

- Introdução à arte
- Ponto
- Linha
- Cores: primárias e secundárias
- Tipos de linhas
- Simetria
- Assimetria
- Figurativo
- Abstrato
- Geométrico
- Datas Comemorativas
- Improvisação / dramatização
- Introdução a música

2º Trimestre

- Folclore: RS – costumes/ artesanato
- Cores: frias, neutras e quentes
- Ilustração de textos
- Palavras ilustrativas
- Música nativista
- Paródias musicais
- Hinos: Nacional, Riograndense e de Agudo
- Datas comemorativas
- Releitura de obras de arte
- Interpretação da obra
- Dramatização / improvisação
- Fantoche

3º Trimestre

- Explorar textura

¹⁴ Transcrito *ipsis litteris*.

- Ilustração de texto
- Desenho de observação
- Sons naturais
- Apreciação musical
- Hino à Bandeira
- Dramatização /improvisação
- Datas comemorativas

7º ANO

1º Trimestre

- Introdução à arte
- Composição: figurativa, abstrata, geométrica
- Cores: primárias, secundárias, terciárias, quentes, frias e neutras
- Ilustração de texto
- Forma/ Espaço/ Proporção
- Datas comemorativas
- Música – Estilo musical (samba, MPB, ...)

2º Trimestre

- Folclore brasileiro: costumes, artesanato e músicas
- Música nativista
- Paródias musicais
- Hinos: Nacional, Riograndense e de Agudo
- Ampliação e redução
- Letra bastão
- Cartaz
- Outdoor
- Improvisar/ dramatizar
- Datas comemorativas
- Apreciar e interpretar obras de arte
- Textura
- Música – estilo musical (samba, MPB, ...)

3º Trimestre

- Normógrafo
- Formas fragmentadas e estilizadas
- História em quadrinhos: recursos gráficos e onomatopeias
- Hino à Bandeira
- Releitura de imagens
- Datas comemorativas
- Cores: monocromia e policromia
- Música: releitura musical

8º ANO

1º Trimestre

- Formas: regulares, irregulares, bidimensional e tridimensional
- Ângulos: reto, agudo, obtuso
- Descrição/releitura de imagem
- Improvisação / dramatização
- Fantoche
- Datas Comemorativas
- Música (Tipos de instrumentos musicais).

2º Trimestre

- Logotipo
- Faixas decorativas
- Charge
- Descrição da imagem
- Releitura de obras de arte
- Hinos: Nacional, Riograndense, Agudo
- Datas Comemorativas
- Tipos de instrumentos musicais (confeção)

3º Trimestre

- Planificação
- Maquete
- Ampliação e redução
- Datas comemorativas
- Improvisação/dramatização
- Instrumentos musicais (exploração sonora)

9º ANO

1º Trimestre

- Cores: primárias, secundárias, terciárias, quentes, frias, neutras, monocromia e policromia
- Ilustração de textos e ou poesias
- Charge
- Logotipo
- Cartaz
- Outdoor
- Descrição da imagem
- Releitura da imagem
- Datas comemorativas
- Músicas (interpretação, percepção, tradução, dramatização/apresentação)

2º Trimestre

- Perspectiva
- Proporção da Figura Humana

- Expressões fisionômicas
- Caricatura
- Artistas gaúchos
- Arte popular
- Datas comemorativas
- Música (interpretação, percepção, tradução, dramatização/apresentação)

3º Trimestre

- Formas: bidimensional e tridimensional
- Maquete
- Releitura de imagem
- Improvisação/dramatização
- Datas comemorativas
- Música (interpretação, percepção, tradução, dramatização/apresentação)

Elaborado pelos professores:

Iara Regina Oliveira Ortiz
Rosilene Voigt Trommer
Tainara Bartmann Martins

ANEXO D

PLANOS DE ESTUDOS¹⁵: ANOS FINAIS DO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

HISTÓRIA

Objetivo Geral

Desenvolver a análise crítica dos fatos ou acontecimentos históricos de todas as épocas, nos aspectos social, econômico, cultural e político, visando a formação de um aluno crítico e cidadão.

6º ANO

1º Trimestre

- Reflexão sobre a História:

História termo polissêmico

Finalidade da História

O problema da verdade

- O tempo e a História:

Tempo cronológico

Calendários

Periodização histórica

- Pré-história geral:

Pré-história: avaliação crítica do termo

Períodos da Pré-história:

Paleolítico

Neolítico

Idade dos metais

Modos de produção

- Pré-história brasileira

Estreito de Bering: primeiras travessias

Sítio do Boqueirão da pedra Furada (São Raimundo Nonato, Piauí)

Homem de Lagoa Santa

Sambaqui

Arqueologia

2º Trimestre

- Brasil: a administração colonial

Chegada dos portugueses

Questão indígena

Administração centralizada e descentralizada

Capitanias hereditárias

Governo-geral

¹⁵ Transcrito *ipsis litteris*

Câmaras municipais
Aristocracia rural (homens bons)

- Brasil: A economia colonial

Pacto colonial
Monocultura
Latifúndio
Trabalho escravo
Monopólio comercial
Atividade extrativa e organização produtiva
Mercado interno e externo
Engenho de açúcar
Pau-Brasil
Pecuária

- A expansão territorial

Expansão oficial
Bandeirismo
Catequização jesuítica
Missões
Expansão pecuária
Tratados de fronteira

- Brasil: Mineração

Guerra dos emboadas
Controle das Minas Jazidas
Ouro de Aluvião
Crise da mineração
Consequências da exploração do ouro

- Brasil: Sociedade colonial

Miscigenações
Mito da democracia racial
O índio, o negro e o branco no Brasil Colonial
Sociedade açucareira e Sociedade mineradora

3º Trimestre

- Brasil: A Independência

Crise do sistema colonial
Rebeliões Colonial
Conjuração Mineira e Baiana: as diferenças propostas
Vinda da família real: fim do monopólio comercial e autonomia administrativa
Revolução Pernambucana
Processo de independência: objetivos básicos

- Brasil: O Primeiro Reinado

Anteprojeto Constitucional de 1823
Constituição do Império

Confederação do Equador

Crise do Primeiro Reinado

- Brasil: O Período Regencial

Período Regencial

Grupos políticos

Guarda Nacional

Revoltas provinciais

- Brasil: Segundo Reinado

Jogo político: disputas entre liberais e conservadores

Parlamentarismo no Brasil

Expansão da cafeicultura

Imigração

Industrialização

Guerra do Paraguai

Abolição da Escravatura

Crise do Império

7º Ano

1º Trimestre

- O nascimento da civilização

Civilização

Classes sociais

Propriedade privada

Poder social

Região do Crescente fértil

- Povos mesopotâmicos

- Egito Antigo

Nilo

Dinastia

Faraó

Servidão coletiva

Escribas

Felás

Politeísmo

Mumificação

Hieróglifos

Pirâmide

Cultura

- Hebreus, Fenícios e Persas

Cidades-Estado

Administração política

Economia comercial

Judaísmo

Alfabeto

Zoroastrismo

- Grécia Antiga

Genos

Cidades-Estado

Colonização grega

Modo de produção escravista

Jogos olímpicos

Agricultura, artesanato, comércio

- Esparta e Atenas

Categorias sociais

Militarismo

Oligarquia

Monarquia

Democracia

Educação

- Grécia – Cultura e mentalidade

Politeísmo

Antropomorfismo

Mitologia

Vida privada

Filosofia

Ciência

- Roma Antiga

Divisão social (patrícios, clientes, plebeus, escravos)

Organização política (monarquia, república, império)

Organização econômica (escravismo, comércio, artesanato)

- Roma – Cultura e mentalidade

Lazer (circo, teatro, gladiadores, termas)

Religião (do politeísmo ao cristianismo)

Direito

Artes

2º Trimestre

- Formação da Europa Medieval

Germanos

Hunos

Alta Idade Média

Baixa Idade Média

Francos

Renascença carolíngia

- O Sistema Feudal

Suserania e vassalagem

Estamentos sociais: nobreza, clero, servos

Descentralização do poder político

Feudo

Economia agropastorial

Obrigações servis

- A igreja e a cultura medieval

Igreja: poder temporal e espiritual

Clero secular e regular

Tribunais da inquisição

Cruzadas

Educação (mosteiros, universidades)

Ciências e filosofia

- Idade Média Oriental: Bizantinos e Árabes

Bizantinos: Cesaropapismo; Expansão militar; religiosidade; Economia e Sociedade

Árabes: Islamismo; Expansão militar; Economia e Cultura

- O declínio do feudalismo e os estados modernos

Dissolução do sistema feudal

Desenvolvimento do comércio, das cidades e da burguesia

Estado Moderno

Absolutismo

Capitalismo nascente

Vida privada (saúde, vestuário, alimentação, família, trabalho, lazer)

3º Trimestre

- A expansão europeia e a conquista da América

Expansão marítimo comercial: conjunto de fatores

Navegações portuguesas: o processo de um pioneirismo

Concorrência marítima espanhola

Navegações francesas, inglesas e holandesas

Disputas pelo mundo conquistado

- O impacto da conquista

Conquista da América

Eurocentrismo

Violência da conquista

Resistência das populações nativas

- O mercantilismo e a montagem do sistema colonial

Mercantilismo

Sistema colonial mercantilista

Colônia de povoamento e de exploração

Período pré-colonizador no Brasil

Colonização do Brasil

8º ANO

1º Trimestre

- O renascimento

Renascimento

Humanismo

Racionalismo

Mecenato

Artes

Ciência

- A reforma protestante e a reação católica

Reforma protestante

Ética protestante

Luteranismo

Calvinismo

Anglicanismo

Contra-reforma

Jesuítas

- A Revolução Inglesa

Absolutismo de direito e absolutismo de fato

Monarquia

Parlamentarismo

Estado liberal

Revolução burguesa

2º Trimestre

- O Iluminismo

Antigo regime

Liberalismo burguês

Valores iluministas

Déspotas esclarecidos

- A Revolução Industrial e as lutas proletárias

Estágios da produção econômica: artesanal, manufatureira, mecanizada

Exploração operária

Urbanização

Divisão do trabalho

Produção em série

Liberalismo econômico

Socialismo (utópico e marxista)

Pensamento social-cristão

- A Independência dos estados Unidos

Autonomia dos Colonos

Colônias de povoamento

Constituição Americana

Cidadania

3º Trimestre

- A Revolução Francesa

Sociedade estratificada

Terceiro Estado

Forças políticas (jacobinos, girondinos, planície)

- A Era Napoleônica e o Congresso de Viena

Consulado

Obras napoleônicas

Expansão militar

Bloqueio continental

Congresso de Viena

Santa aliança

- A Independência dos países da América Latina

Contradições do capitalismo industrial

Monopólio comercial

Trabalho escravo

Sistema colonial

Liberalismo

- A Expansão Imperialista

Segunda Revolução Industrial

Capitalismo financeiro e monopolista

Neocolonialismo

Imperialismo

- O desenvolvimento dos Estados Unidos

Expansão territorial

Expropriação de terras indígenas

Guerra de Secessão

Imperialismo americano

Doutrina e Monroe

Big stick

9º ANO

1º Trimestre

- Brasil: Consolidação da República

República

Federalismo

Positivismo: Ordem e Progresso

Presidencialismo

- Primeira Guerra Mundial

Disputas Internacionais

Nacionalismo

Paz Armada

Primeira Guerra Mundial

Tratado de Versalhes

Liga das Nações

Ascensão dos Estados Unidos

- Revolução Russa

Império Russo

Mencheviques e Bolcheviques

Processo Revolucionário

Comunismo

União Soviética

- Brasil: República Velha

Oligarquia

Coronelismo

Clientelismo

Voto de cabresto

Industrialização

Movimento operário

Cafecultura: desenvolvimento e crise

- Brasil: Revoltas na República Velha

Revoltas populares

Messianismo

Tenentismo

2º Trimestre

- Crise Capitalista e Regimes Totalitários

América Way Of Life

Superprodução econômica

New Deal

Intervenção Econômica do Estado

Totalitarismo

Fascismo

Nazismo

- Segunda Guerra Mundial

Expansionismo nazi-fascista

Política de apaziguamento

Potência do eixo

Potências aliadas

Frente oriental e ocidental

Bomba atômica

Pós-Guerra

ONU

Guerra fria

Corrida armamentista

- Brasil: Período Getulista

Ruptura oligárquica

Aliança liberal: projeto reformista

Era Vargas

Nacionalismo econômico

Trabalhismo

Populismo

Estado Novo

Aliancismo

Integralismo

- Brasil: Período democrático

Constituição de 1946

Democracia

Anticomunismo

Nacionalismo

Trabalhismo

Populismo

Reformas de base

ANEXO E



Candidatos/as selecionados/as para o Polo de Agudo	
1.	Alais Silveira Cardoso
2.	Alejandro Jesus Fenker Gimeno
3.	Andreia Machado dos Santos
4.	Angela Aciele Gracioli
5.	Angela Fátima de Lima
6.	Carina Wilke
7.	Carla Medianeira Costa Domingues
8.	Claudia Sonogo Simon
9.	Daiane Carla Kohls
10.	Emanueli Unfer
11.	Gladis Carla Zimmer Kegler
12.	Ines Cleci Becker Cerentini
13.	Ivanir da Rosa Mundt
14.	Janete Schiefelbein
15.	Jeane Darla Drews Schuller
16.	Joice Lana Bastos da Luz
17.	Ketlin Elis Perske
18.	Liane Alice Alves
19.	Luciana da Silva Neves Migotto
20.	Marise Cristiane Gelhrke
21.	Mônica Crema
22.	Neivanir Teresinha Fontana da Silveira
23.	Rita Inês Fisher Pfuller
24.	Roberto Goes da Silva
25.	Rosélia Maria Rodrigues Dutra
26.	Simara Saquet Schio
27.	Viviane Lipke

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/uniafro/docs/Alunos%20selecionados%20Agudo.pdf>